A política energética em Portugal
(algumas observações criticas)[1]

por

João de Jesus Ferreira[2]

A história recente dos mercados de energia e do petróleo em particular, tem vindo a demonstrar que os preços desta matéria prima são altamente voláteis e constituem uma forte ameaça ao desenvolvimento económico, principalmente de países, como é o caso de Portugal, que não se prepararam para absorver estes efeitos de uma forma eficaz e estruturante. Acções pontuais e medidas conjunturais não permitem aumentar o grau de indiferença à referida volatilidade dos preços da energia, nos mercados internacionais, onde Portugal se abastece em cerca de 90% das suas necessidades em energia primária.

Vivemos, desde há cerca de um ano, mais um momento em que as economias dos países industrializados se vêem pressionadas pelo preço do petróleo e consequentemente pelo preço da energia em geral, com reflexos importantes e gravosos, para o preço do gás natural.

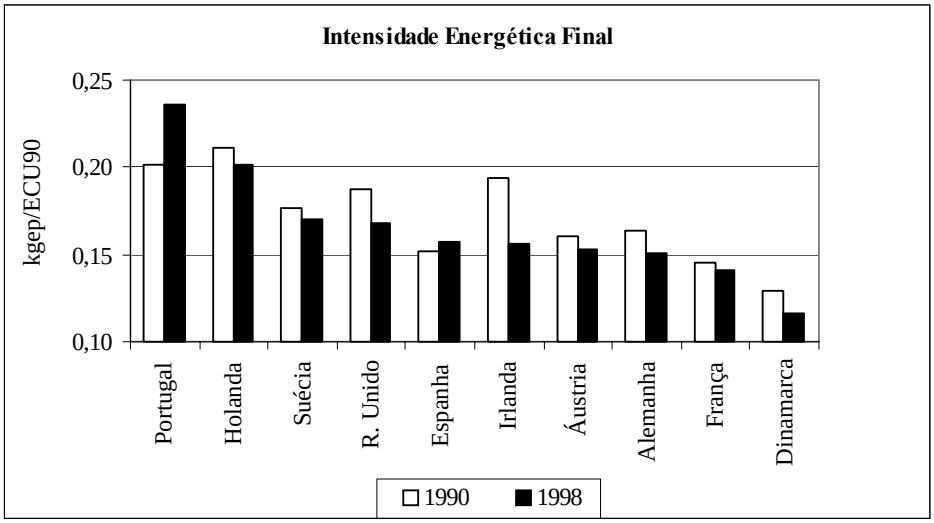
Esta situação tem como origem remota as transformações ocorridas no sector energético, e em particular nos mercados petrolíferos, durante a década de 1970/1980, década que absorveu os dois primeiros "choques petrolíferos".

---

[1] Texto elaborado com a colaboração de Eng.º João Castanheira.
[2] Engenheiro (I.S.T.).

definidas. Estes programas foram sustentados com instrumentos adequados e coerentes com as necessidades da procura da energia, em todos os sectores da actividade económica.

Em Portugal muito pouco foi feito nesta vertente da utilização racional e eficiente da energia, para além de um conjunto de programas de apoio ao investimento, cujos conteúdos foram e são insuficientes[3]. De realçar os esforços feitos pelo Ministério da Industria e Energia, do XI Governo Constitucional, que não tiveram continuidade e, por isso, não deram origem a quaisquer efeitos significativos. A produtividade energética da economia portuguesa continua a degradar-se, essencialmente por falta de medidas estruturantes que promovam um desenvolvimento sustentado nos domínios da Energia e do Ambiente. A evolução (e a tendência de crescimento) da intensidade da utilização da energia em Portugal é demonstrativa da degradação já referida.



Na realidade podemos afirmar, com alguma tristeza e indignação, que Portugal não tem, nem teve desde quase sempre, uma política energética digna desta designação. Temos vindo a assistir a acções de "política" energética orientada apenas para o sector da oferta, acompanhada com um quase total desprezo pelos aspectos relacionados com a procura e com a utilização da energia. Não foi, não é e não será por acaso que, quase sempre e desde sempre, inexplicavelmente, os responsáveis políticos deste sector (Ministros, Secretários de Estado, Directores Gerais e outros) são normalmente oriundos da EDP – Electricidade de Portugal, S.A., cujo "lobby" comanda e controla todas as grandes decisões no domínio da Energia, quando a electricidade apenas representa cerca de 20% do consumo total da energia final em Portugal. A acção política representa uma actividade nobre e com o

[3] Economia e Gestão da Energia, Textos de Gestão, Texto Editora, Lisboa, 1994.

sentido nacional de Estado e por isso tem que ser independente de interesses puramente empresariais quer as empresas pertençam ao sector público quer ao sector privado.

Verifica-se que a "política energética" portuguesa, se tem limitado à gestão empresarial das grandes empresas públicas do sector, como são o caso da EDP, da GALP Energia ou da GDP – Gás de Portugal, e à criação de barreiras ao desenvolvimento sustentado baseado na utilização mais eficiente da energia, como é o caso dos sistemas de produção em cogeração ou trigeração. A forma como o sector da oferta da energia se está a organizar apenas poderá vir a servir interesses pessoais e alguns interesses de algumas empresas daquele sector. O consumidor e o potencial produtor independente de energia sairão, mais uma vez, a perder e com, cada vez, menor capacidade de reacção e de contestação.

As notícias sobre a existência de uma "holding" do Estado para o sector da oferta da energia que englobará a EDP, a Petrogal, a GDP e a Transgás são, no mínimo, fúnebres. Assim, podemos esquecer quaisquer intenções de aumentar a produtividade energética da nossa economia, de implementar políticas de utilização racional e eficiente da energia ou de criar condições para obtermos ganhos de competitividade no sector produtivo da economia portuguesa.

Esta hipótese virá a dar origem a um proteccionismo acrescido para o sector da oferta, com vantagens nítidas para a comercialização, monopolista, do gás natural que verá, assim, enfraquecidos os seus mais directos concorrentes.

A pouca concorrência que hoje ainda é possível entre os vários monopólios, isto é, entre as várias formas de energia final, deixará de existir para passarmos a ter um só, e grande, "monopólio natural" da energia, com inconvenientes gravosos quer para a economia nacional quer para o consumidor final.

A EDP, a GDP – Transgás e a Petrogal deverão ser empresas cujos capitais não podem, nem devem, estar cruzados. Cada uma destas empresas deve estar no mercado de forma independente, para garantia da competitividade e da optimização do sector, criando-se, deste modo, condições para os necessários acréscimos de produtividade na economia nacional.

A liberalização do sector eléctrico, imposta pela transposição obrigatória da respectiva directiva comunitária, veio, aparentemente, dar sinais de reestruturação do sector no sentido de um verdadeiro mercado aberto, pondo fim ao tão defendido "monopólio natural" da electricidade. No entanto, a força das empresas europeias do sector eléctrico

(com especial ênfase para a EDF – Electricité de France) tem vindo a travar esta evolução, nomeadamente através da tentativa de controlar as respectivas entidades reguladoras do sector. Em Portugal o panorama não é muito diferente e a liberalização tem sido feita com uma excessiva preocupação da defesa dos monopólios estabelecidos.

A liberalização do sector energético, e em particular do sector eléctrico, que deveria produzir as vantagens esperadas pelos seus mentores, está subvertida face ao posicionamento das empresas que detinham os monopólios ditos "naturais". Estas procuram a manutenção dos seus privilégios, quer através da criação de barreiras à entrada de novos operadores quer à custa dos consumidores com menor força negocial como sejam os consumidores domésticos e as pequenas e médias empresas, dos vários sectores da actividade económica. Na verdade, as perdas resultantes dos baixos preços de venda de energia eléctrica, negociados com os grandes utilizadores de energia, são compensadas pelas gordas margens obtidas na facturação aos pequenos e médios consumidores, que não têm alternativas nem capacidade negocial. Esta situação representa vantagens, no curto prazo, para os industriais portugueses que vêm reduzida a sua factura energética. No entanto esta situação é apenas conjuntural e não poderá ser mantida durante muito tempo. Os preços da energia eléctrica para aqueles consumidores serão ajustados ao seu valor real logo que termine o actual nervosismo do sector eléctrico europeu e quando se instalar no sector o "neo-monopolismo". Os grandes utilizadores de energia, então cativos, irão ver os preços crescer para os seus valores reais. Este posicionamento do sector eléctrico em nada contribui para a melhoria da produtividade energética das economias. Os baixos preços da energia eléctrica, praticados aos grandes consumidores, são um convite ao desperdício e à perda de eficiência nas utilizações finais e não são coerentes com os preços da energia em geral. Por tudo isto é de pensar que se trata de uma situação transitória e eventualmente enganosa para os industriais que hoje beneficiam dos baixos preços da energia eléctrica.

O actual Programa Operacional da Economia (POE) reserva cerca de 100 milhões de contos para subsidiar projectos na área das energias renováveis e, aparentemente, na vertente da eficiência energética. Este programa propõe objectivos para a produção de energia eléctrica a partir de fontes de energia endógenas e renováveis. Porém não existem objectivos para a eficiência energética nem para a melhoria da produtividade energética da nossa economia.

Será que estamos perante um sistema de subsídios à produção de energia eléctrica?... Que efeitos se esperam, com a execução deste programa, no âmbito da eficiência energética e consequentemente na redução dos consumos específicos da produção nacional, nos

diversos sectores da actividade económica?...e como se pretende fomentar esta eficiência ao nível das utilizações finais da energia no tecido produtivo nacional?

É imprescindível que a política energética dê especial atenção à utilização racional e eficiente da energia, favorecendo a implementação de projectos que contribuam para uma eficaz melhoria da produtividade energética, sendo fundamental que o poder político se livre das pressões das empresas da oferta da energia, que visam obter vantagens directas na defesa dos seus interesses, muitas vezes mais culturais que empresariais, independentemente dos interesses nacionais e sem quaisquer preocupações de eficiência energética macroeconómica.

Esta reflexão sobre o estado da política energética em Portugal, pretende apenas agitar a consciência dos leitores para alguns aspectos, apresentados de forma avulsa e eventualmente desorganizada, de interesse comum e que representam as preocupações de todos os que têm que viver da energia ou para a energia.